

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2020



Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

II Concurso Público para provimento de cargos vagos

Analista Legislativo – Atividade de Tecnologia da Informação

Especialidade: Técnico de Segurança da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B19', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de especialidade.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Distribuição justa

A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?

A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes e lisura do processo* constituem
 - (A) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
 - (B) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
 - (C) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
 - (D) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
 - (E) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.

2. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
 - (A) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
 - (B) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
 - (C) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
 - (D) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
 - (E) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
 - (B) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
 - (C) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.
 - (D) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
 - (E) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
 - (B) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
 - (C) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
 - (D) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
 - (E) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.

5. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
 - (A) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
 - (B) Caso não se retenham seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
 - (C) Como eles não requiseram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.
 - (D) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
 - (E) À medida que se recomprem as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm
- (A) salienta a importância que tiveram as metas do século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
 - (B) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
 - (C) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.
 - (D) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
 - (E) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.
-
7. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído* (1º parágrafo).
 - (B) *alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica* (2º parágrafo).
 - (C) *ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras”* (2º parágrafo).
 - (D) *a segunda era são os anos dourados / paz congelada* (3º parágrafo).
 - (E) *caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política* (4º parágrafo).
-
8. *Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.*
- A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento
- (A) *dá-se o desmoronamento por propiscia-se a ruína.*
 - (B) *em que caem por terra por em cujo se solapam.*
 - (C) *desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.*
 - (D) *sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.*
 - (E) *limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.*
-
9. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
 - (B) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
 - (C) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.
 - (D) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
 - (E) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) em cuja gravidade – lhes solucionamos – suas consequências
- (B) cuja gravidade – os solucionamos – suas consequências
- (C) da qual gravidade – solucionamo-los – as consequências dos mesmos
- (D) onde a gravidade – lhes solucionamos – as próprias consequências
- (E) a gravidade de cujos – os solucionamos – as consequências em si mesmas

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a $\frac{2}{3}$ da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 270 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 171 dias.

12. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) não é contorcionista nem equilibrista.
- (B) não é malabarista.
- (C) é equilibrista ou não é contorcionista.
- (D) é equilibrista ou contorcionista.
- (E) é malabarista e não é equilibrista.

13. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 2,5%
- (B) 0,5%
- (C) 1%
- (D) 0,1%
- (E) 5%

14. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 25
- (B) 27
- (C) 24
- (D) 26
- (E) 28

Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

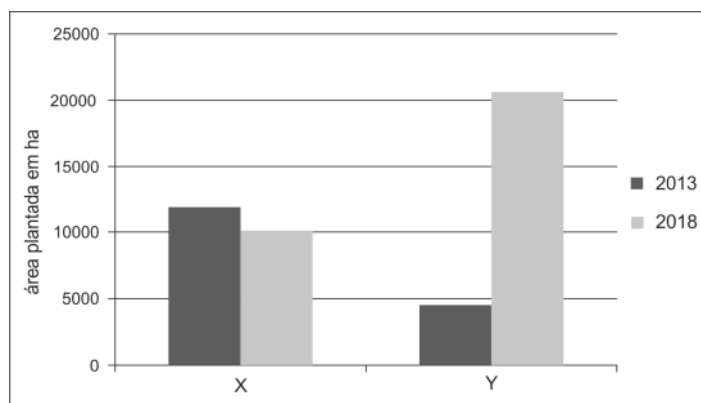
- (A) Calçoene.
- (B) Mazagão.
- (C) Santana.
- (D) Laranjal do Jari.
- (E) Vitória do Jari.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
 - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
 - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.
 - predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
 - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.

17. Considere o gráfico abaixo.

Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.
- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.

Atenção: As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
 - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
 - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.
 - a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
 - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
19. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
 - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
 - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
 - um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
 - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
20. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
 - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
 - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
 - criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
 - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Um Técnico de Segurança da Informação recebeu dois computadores para avaliar: o primeiro possui um processador com arquitetura CISC, enquanto o segundo segue a arquitetura RISC. Sobre essas arquiteturas, é correto afirmar:
- (A) a arquitetura CISC é superior por possuir um conjunto de instruções significativamente maior do que um processador com a arquitetura RISC, possibilitando a elaboração de programas mais rápidos e poderosos.
 - (B) na arquitetura CISC, as instruções possuem sempre o mesmo tamanho.
 - (C) na arquitetura CISC, as instruções são executadas em um único ciclo.
 - (D) na arquitetura RISC, as instruções possuem o mesmo tempo de execução.
 - (E) programas elaborados para um computador com arquitetura CISC podem ser executados em qualquer computador com arquitetura RISC, sem a necessidade de adaptações e recompilações.
-
22. Um Técnico de Segurança da Informação necessita realizar a conversão do hexadecimal *cafe* para o sistema decimal. O resultado dessa conversão é o decimal:
- (A) 9876
 - (B) 37247
 - (C) 51966
 - (D) 64278
 - (E) 95678
-
23. Ao estudar o processador de um computador, um Técnico de Segurança da Informação constatou que as suas instruções eram executadas em cinco estágios:
1. Busca a instrução na memória e a sua colocação em um *buffer* até que ela seja necessária.
 2. Decodifica a instrução, determina seu tipo e de quais operandos ela necessita.
 3. Localiza e busca os operandos, seja nos registradores, seja na memória.
 4. Executa a instrução.
 5. Coloca o resultado no local de armazenamento adequado (p.ex., um registrador).
- A partir dessas informações, o Técnico concluiu corretamente que o processador utiliza a técnica conhecida como
- (A) *Pipeline*.
 - (B) Multiprocessamento Assimétrico.
 - (C) Multiprocessamento Simétrico.
 - (D) Multiestágio.
 - (E) Processamento Distribuído.
-
24. Ao desenvolver um programa para o seu computador, que deverá realizar uma grande quantidade de computação e de processamento de entrada e saída, um Técnico de Segurança da Informação foi orientado por um supervisor a utilizar *Threads*. O uso de *Threads* em programas dessa natureza
- (A) não deverá ser considerado, a menos que o computador possua múltiplas Unidades Centrais de Processamento.
 - (B) não deverá trazer qualquer benefício, pois *Threads* são recomendáveis em arquiteturas que utilizam múltiplos computadores.
 - (C) poderá trazer ganhos importantes de desempenho ao programa, pois, para o problema apresentado, *Threads* permitirão a realização de atividades concorrentemente.
 - (D) poderá trazer alguns ganhos de desempenho do programa, porém, exigirá o uso de mais recursos de armazenamento, pois *Threads* não podem compartilhar espaço de endereçamento, variáveis globais e arquivos abertos.
 - (E) trará maior facilidade na programação, porém, diminuirá o desempenho do programa, pois se demora mais para criar e destruir *Threads* quando se compara com os processos convencionais.
-
25. Um Técnico de Segurança da Informação elaborou alguns programas para o seu computador. Ao executá-los, constatou que esses programas permaneciam em execução permanentemente, porém sem conseguir qualquer progresso no processamento. No contexto de sistemas operacionais, situações como essa são denominadas
- (A) Exclusão Múltipla.
 - (B) Execução sem Fim (ou *Endless Execution*).
 - (C) Impasse (ou *Deadlock*).
 - (D) Perda de Sincronismo.
 - (E) Inanição (ou *Starvation*).



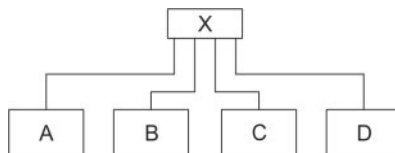
26. Ao estudar o sistema operacional de seu computador, um Técnico de Segurança da Informação constatou que ele utiliza Memória Virtual. Sobre essa técnica, tem-se que:
- (A) para que seja utilizada em um computador, há a necessidade de se instalar previamente uma Máquina Virtual.
 - (B) para utilizar uma quantidade de memória acima da memória física existente no computador, é utilizado o recurso de paginação.
 - (C) ela não prevê proteção que possa impedir os processos de utilizar endereços de memória que pertençam a outros processos, tornando-se uma prática insegura.
 - (D) os programas deverão ser recompilados, pois não há como assegurar que os espaços de endereçamento de cada processo irão se iniciar na posição zero de memória.
 - (E) ela não requer recursos de hardware e software adicionais na sua implementação.

27. O projeto de uma nova rede de computadores de uma empresa conta com a participação de um Técnico de Segurança da Informação, que inicialmente procurou comparar as vantagens e desvantagens em utilizar fios de cobre e fibras ópticas na nova rede. Esse técnico elaborou a seguinte tabela, com as características de maior relevância, e atribuiu um julgamento comparativo para cada característica:

Característica	fio de cobre	fibra óptica
Largura de banda	menor	maior
Atenuação do cabo por km	maior	menor
Peso do cabo por km	maior	menor
Possibilidade de interferência eletromagnética	sim	imune
Custo das Interfaces com os cabos	menos elevado	mais elevado

Sobre o julgamento do Técnico, conclui-se que ele

- (A) errou, pois a atenuação por km do cabo de fibra óptica é maior do que a do cabo de fio de cobre.
 - (B) errou, pois a interferência eletromagnética e o peso do cabo por km são similares nos dois tipos de cabos.
 - (C) errou, pois a largura de banda do cabo de fio de cobre é maior do que a do cabo de fibra óptica.
 - (D) errou, pois o custo das interfaces com o cabo de fio de cobre é maior do que a do cabo de fibra óptica.
 - (E) acertou na avaliação de todas as características.
28. Uma empresa possui uma pequena rede, representada a seguir, com os computadores A, B, C e D interligados por meio do equipamento X.



O Técnico responsável por essa rede constatou que, quando o computador A deseja encaminhar um quadro para o computador C, o equipamento X o encaminha apenas a esse computador, e esse quadro não passa pelos computadores B e D. O mesmo raciocínio se aplica a outros encaminhamentos entre os diversos computadores dessa rede. O Técnico constatou que, para realizar esse tipo de tarefa, o equipamento X mantém uma tabela interna com os endereços MAC dos computadores A, B, C e D. Com base nessas informações, o equipamento X é

- (A) um Hub.
 - (B) uma Ponte.
 - (C) um Repetidor.
 - (D) um Switch.
 - (E) um Roteador.
29. Uma empresa montou uma filial e deseja estabelecer uma conexão segura de comunicação com ela, a custos razoáveis. Um Técnico dessa empresa propôs a criação de uma Rede Virtual Privada (ou *Virtual Private Network* – VPN) para essa conexão. Sobre essa proposta, tem-se que
- (A) a VPN apresenta custos de implementação e manutenção muito elevados, se comparados ao de outros sistemas de comunicação convencionais.
 - (B) é recomendável garantir a privacidade das comunicações utilizando protocolos de criptografia por tunelamento que garantam confidencialidade, autenticação e integridade.
 - (C) ela corresponde a uma boa solução apenas quando não há a preocupação com a segurança, pois se trata de uma solução insegura por construção.
 - (D) ela possui como desvantagem a obrigatoriedade de arrendamento de uma linha dedicada da companhia telefônica, que pode representar um alto custo.
 - (E) ela possui como desvantagem a utilização da infraestrutura das redes públicas de comunicações, como a Internet, que são lentas, instáveis e inseguras, e não atendem às necessidades das empresas, que em geral não utilizam VPN.



30. No ambiente Windows Server 2012 R2, a função

- (A) AD LDS permite aplicar políticas de gerenciamento de direitos para impedir o acesso não autorizado a documentos confidenciais.
- (B) AD RMS dá suporte para o armazenamento de dados específicos de aplicativo para aplicativos com reconhecimento de diretório que não exigem a infraestrutura completa do AD DS.
- (C) AD CS configura um repositório centralizado de informações sobre objetos de rede, incluindo contas de usuário e computador. Usado para autenticação e autorização.
- (D) AD DS permite implantar autoridades de certificação e serviços de função relacionados.
- (E) AD FS fornece SSO (*logon* único) na Web e suporte para federação de identidade protegida.

31. No Windows 10, em português e em condições normais de operação, a finalização de um aplicativo que está demorando a responder pode ser feita pelo acionamento do botão *Finalizar Tarefa*, após a seleção do aplicativo na lista que está disponível na aba

- (A) Desempenho, na janela Gerenciador de Tarefas.
- (B) Aplicativos, na janela Gerenciamento de Disco.
- (C) Processos, na janela Gerenciador de Tarefas.
- (D) Aplicativos, na janela Gerenciador de Arquivos.
- (E) Processos, na janela Gerenciamento do Computador.

32. Sobre RAID, considere as características abaixo:

VANTAGENS:

- Muito rápido para acessar as informações.
- Tem custo baixo em expansão de memória.

DESVANTAGENS:

- Não tem espelhamento.
- Não faz paridade de dados.
- Caso alguns setores do HD apresentem falhas, o arquivo que está dividido pode se tornar irrecuperável.

Essas características são típicas da RAID

- (A) 1.
- (B) 0.
- (C) 5.
- (D) 3.
- (E) 2.

33. Considere as características abaixo, sobre os tipos de RAID:

- I. Todas as informações são divididas nos discos da matriz. A exceção fica por conta de um deles, que se torna responsável por armazenar dados de paridade. Suas maiores vantagens são possibilidade de transferências de grandes volumes de dados e confiabilidade na proteção das informações.
- II. Empresta características das RAIDs 0 e 1. Esse sistema só pode ser usado com mais de 4 discos e sempre em número par. Nesse caso, metade dos discos armazena dados e metade faz cópias deles. É o mais seguro que existe entre todos.
- III. Nesse modelo, a base é o espelhamento de um disco em outro. Em outras palavras, é como se houvesse uma cópia do disco A no disco B e vice-versa. Além da vantagem de ser mais seguro, em relação ao RAID de tipo anterior, praticamente não há perda de desempenho. Por conta disso, esse formato é amplamente usado em servidores.

As características são pertencentes, correta e respectivamente, aos tipos

- (A) 3, 10 e 1.
- (B) 10, 3 e 0.
- (C) 6, 5 e 1.
- (D) 0, 6 e 2.
- (E) 2, 4 e 5.



34. Como parte da estratégia de segurança dos dados que trafegam pelas redes, considere hipoteticamente que a ALEAP pretende adotar uma solução de segurança que permita a gestão de forma centralizada em um único equipamento, o qual realiza as funções e papéis de *firewalls* que atuam em camadas diferentes e, muitas vezes, de fabricantes distintos.

Trata-se de

- (A) DMZ.
- (B) U-WAF.
- (C) NFS.
- (D) UTM.
- (E) CIFS.

35. Ao adotar SIEM com as abordagens básicas “sem agente” ou “baseado em agente”, a organização

- (A) passa a ter um componente de segurança antes inexistente, que é a NAC unificada, baseada em padrão de informações, que recusa e informa acessos não característicos.
- (B) pode configurar todos os seus *firewalls* de forma centralizada e unificada, obtendo o máximo rendimento e controle de gestão de dispositivos.
- (C) realiza a gestão de eventos e informações de segurança de forma centralizada mediante a concatenação dos LDAPs com os NFS para obter as informações integradas.
- (D) pode configurar todos os sistemas de segurança da informação em um único *firewall* e, então, definir mais claramente sua DMZ para os acessos internos e seguros.
- (E) faz a gestão de eventos e informações de segurança porque passa a monitorar e controlar alertas e *logs* que envolvem a segurança da informação.

36. Para se garantir autenticidade em uma transação entre A e B, sendo A o autor e emissor do documento, este precisa ter sido cifrado com a chave

- (A) pública de A.
- (B) privada de A.
- (C) privada de B.
- (D) pública de B.
- (E) hash de A.

37. Considere a mensagem abaixo, incluindo todas as pontuações, a ser enviada de Alice para Bob em uma comunicação eletrônica.

De acordo com os Princípios de Conduta, a conduta dos magistrados deverá ser pautada pelos seguintes princípios: integridade, lisura, transparência, respeito e moralidade.

No computador de Alice foi aplicado um algoritmo de criptografia que gerou o código abaixo:

60535465640FD7DE08FF8CB37441F2C2FAF598C480D16B3988D75B533D12E5D9

O algoritmo aplicado e o código gerado são, correta e respectivamente,

- (A) SHA-256 e *hash* da mensagem.
- (B) Keccak-256 e resumo da mensagem.
- (C) MD5 e chave privada de A.
- (D) SHA512 e *hash* da mensagem.
- (E) SHA1 e chave privada de A.



38. De acordo com a Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet, caso uma pessoa jurídica, responsável pela administração de um provedor de aplicação na internet com fins comerciais, seja demandada a entregar dados referentes aos acessos a essa aplicação, ela deve fazê-lo, apresentando os registros
- (A) que a sua infraestrutura suportou acumular, não importando período mínimo ou máximo de retenção.
 - (B) dos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da solicitação de entrega dos registros.
 - (C) dos últimos 30 (trinta) dias, com detalhes de hora, minuto, segundo e décimo de segundo do acesso identificado.
 - (D) mediante autorização judicial, tratando-se de aplicação de usuário que registra transações do dia a dia da empresa.
 - (E) de dados pessoais que sejam excessivos em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular.
-
39. Um visitante de uma operadora de telefonia acessou sozinho a sala central de comunicação de rede de uma Assembleia Legislativa XYZ, utilizando-se de um crachá de identificação e de um sistema de senha PIN (*Personal Identification Number*), fornecidos pela recepção da empresa para abrir a única porta de acesso. Esse procedimento de acesso NÃO atende às convenções da ISO/IEC 27002:2013, quanto aos controles de entrada física, em razão
- (A) de o visitante estar desacompanhado de um profissional responsável da Assembleia.
 - (B) de não ter aplicado duplo mecanismo de autenticação para liberar uma barreira física de acesso.
 - (C) de existir apenas uma porta de acesso à sala controlada, quando deveria haver um segundo acesso alternativo.
 - (D) de o visitante ser de uma operadora de telecomunicações que pode ter interesses conflitantes com outros provedores da rede instalada.
 - (E) de a sala de comunicações de redes ser de exclusivo acesso de servidores de TI da Assembleia.
-
40. Buscando garantir a continuidade das operações de uma Assembleia Legislativa, em caso de desastre que impossibilite o uso do edifício sede nas suas atividades diárias, a equipe de TI contratou um serviço de *datacenter* terceirizado que possui computadores servidores e a réplica de todos os dados processados na referida Casa Legislativa. Esse serviço terceirizado, sozinho, não atende às requisições de uma infraestrutura de recuperação de desastres, em função de
- (A) não proteger o ambiente original da Assembleia.
 - (B) focar no contingenciamento operacional pós-desastre.
 - (C) ser um serviço terceirizado e não da própria TI da Assembleia.
 - (D) não garantir infraestrutura terceirizada com alta disponibilidade.
 - (E) não prover formas dos usuários finais acessarem essa infraestrutura.
-
41. Atendendo a um pedido de parlamentares de uma Assembleia Legislativa, que reclamam das várias senhas de acesso aos sistemas de informação e serviços em rede de computadores que precisam usar, a área de TI implementou um sistema no qual o usuário terá que informar só uma identificação e senha para que esse sistema, trabalhando de forma integrada com LDAP (*Lightweight Directory Access Protocol*), libere o acesso às diversas aplicações e serviços em rede a que o usuário tem direito. Tal solução é denominada de
- (A) *Key logging* e não requer configuração de perfis de acesso por usuário ou grupo de usuário.
 - (B) *Single sign on* e requer configuração de perfis de acesso por usuário ou grupo de usuário.
 - (C) *Phishing scam* e não requer configuração de perfis de acesso por usuário ou grupo de usuário.
 - (D) *Flood* e requer configuração de perfis de acesso por usuário ou grupo de usuário.
 - (E) *Role Based Access Control* – RBAC e não requer configuração de perfis de acesso por usuário ou grupo de usuário.
-
42. Todo vírus é um *malware*, mas nem todo *malware* é um vírus. Saber distinguir uma coisa da outra pode ser importante quando um técnico de TI precisa combater uma infecção. É correto afirmar que o Satanbug
- (A) não danifica intencionalmente os arquivos, mas, com seus nove níveis de criptografia, os programas antivírus têm muita dificuldade de removê-lo do computador.
 - (B) hiberna por um tempo no computador e, ao autoativar-se, sua ação fica restrita a enviar mensagens supérfluas e tolas no meio da tela justamente nos momentos mais inoportunos.
 - (C) só costuma trabalhar à noite em equipamentos que tenham uma impressora conectada em *stand by*, quando, então, imprime em todas as páginas carregadas um “Satanbug” bem no centro de cada uma.
 - (D) criptografa lentamente seu caminho através do disco rígido e, uma vez que conclui 50% da criptografia (e no 4º, 8º, 10º, 14º, 18º, 20º, 24º, 28º e 30º dia de qualquer mês), ele exhibe a mensagem: “*This is Satanbug! Press any key to continue...*”.
 - (E) causa um congestionamento cibernético tão grande, ao entrar em execução, que se acredita que ele consiga reduzir a velocidade do tráfego da internet em 10%.



43. A criptografia é tida como a ciência da escrita cifrada e chegou a um ponto de evolução no qual conseguiu criar algoritmos-padrão que utilizam uma chave para se completar. Ao mudar a chave, o resultado da encriptação é totalmente diferente. Nesse contexto, chave é
- (A) uma sequência binária simétrica variável, compondo duas chaves e estabelecendo um código secreto que, ao ser preenchido, dispara o processo de criptografia que codifica ou decodifica, conforme se muda a chave. O processo criptográfico produz um resultado com informação totalmente diferente.
 - (B) uma senha binária, utilizada como elemento secreto pelos métodos criptográficos e seu tamanho, medido em *bytes*, define onde ela, chave, caberá no algoritmo, de modo a reestabelecer o padrão, sempre assimétrico.
 - (C) uma expressão serial binária assimétrica, utilizada tanto para codificar quanto decodificar o padrão e reestabelecer a mensagem criptografada.
 - (D) um pedaço de informação, utilizado como elemento secreto pelos métodos criptográficos, e seu tamanho geralmente é medido em quantidade de *bits*.
 - (E) uma expressão serial em hexadecimal, utilizada para reestabelecer o padrão de criptográfico, sempre assimétrico.

44. Considere que uma organização, que deseja estar em conformidade com requisitos legais e contratuais, implementou as ações abaixo:
- I. Todos os requisitos legislativos estatutários, regulamentares e contratuais relevantes, e o enfoque da organização para atender a esses requisitos, são explicitamente identificados, documentados e mantidos atualizados para cada sistema de informação da organização.
 - II. Procedimentos apropriados são implementados para garantir a conformidade com os requisitos legislativos, regulamentares e contratuais relacionados com direitos de propriedade intelectual e sobre o uso de produtos de *software* proprietários.
 - III. Informações envolvidas em transações nos aplicativos de serviços são legalmente protegidas para prevenir transmissões incompletas, erros de roteamento, alterações não autorizadas de mensagens, divulgação não autorizada, duplicação ou rerepresentação de mensagem não autorizada.
 - IV. Controles de criptografia são usados em conformidade com todas as leis, acordos, legislação e regulamentações pertinentes.

Segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, são ações indicadas especificamente para se evitar violação de quaisquer obrigações legais, estatutárias, regulamentares ou contratuais relacionadas à segurança da informação o que consta APENAS de

- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II, III e IV.
45. Segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011, a atividade de tratamento de risco, dentro do processo de gestão de riscos de segurança da informação, considera como opções de tratamento do risco:
- (A) modificação do risco, retenção do risco, ação de evitar o risco e compartilhamento do risco.
 - (B) análise do risco, classificação do risco, eliminação do risco e registro de resolução do risco.
 - (C) assumir o risco, evitar o risco, eliminar o risco e ignorar o risco.
 - (D) delegação do risco, absorção do risco, eliminação do risco e integração do risco.
 - (E) planejar ações para conter o risco, executar ações para eliminar o risco, registrar ações de aprendizado com o risco e implementar ações para evitar a recorrência do risco.



Atenção: As questões de números 46 a 50 referem-se a Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública.

46. De acordo com a Constituição do Estado do Amapá, o Tribunal de Contas

- (A) assinalará prazo, quando constatada ilegalidade, para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, não podendo, porém, sustar a execução do ato impugnado, caso não atendido, devendo comunicar o descumprimento ao Ministério Público para as medidas cabíveis.
- (B) é competente para negar a aplicação de lei ou ato normativo considerado inconstitucional que tenha reflexo no erário federal, estadual ou municipal, incumbindo-lhe, no prazo de sessenta dias, justificar a ilegalidade, devendo, ainda, propor à Assembleia Legislativa a arguição de inconstitucionalidade.
- (C) é integrado por sete Conselheiros, nomeados dentre os brasileiros que tenham notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros, tem sede no Estado, não tem autonomia financeira, mas tem quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.
- (D) é integrado por sete Conselheiros escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação do Tribunal de Justiça, que terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) é competente para editar acórdãos, atos, resoluções e pareceres prévios, no âmbito de suas atribuições e competências, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser cumpridos pelas administrações estadual e municipais, sob pena de responsabilidade, bem como para o seu regular funcionamento.

47. Quanto à discricionabilidade ou vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Quanto ao ato vinculado, o administrador público goza de certo poder para praticá-lo ou não, havendo possibilidade de opção para sua atuação no caso concreto; com relação ao ato discricionário, o administrador público pode praticá-lo ainda que não previsto em lei.
- (B) Pode o regramento jurídico em vigor dar ao administrador público a possibilidade de opção para sua atuação no caso concreto sob sua análise, observados, porém, certos limites que esse mesmo regramento fornece, caso em que se diz que o ato administrativo é discricionário, não sendo totalmente livre.
- (C) Atos vinculados são aqueles que a administração pratica com certa margem de liberdade de decisão, admitindo a lei a adoção de diversos comportamentos possíveis, a critério do administrador; atos discricionários são aqueles que a administração pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão.
- (D) Na defesa do interesse público, que se sobrepõe ao interesse particular, o sistema jurídico nacional sempre confere ao administrador público total liberdade de atuação na prática de atos administrativos, sem o que a Administração Pública jamais poderia alcançar o bem comum.
- (E) Quando à atuação do administrador público na prática de ato administrativo é imposto algum limite, qualquer que seja, diz-se que o ato é vinculado; quando sua atuação não se sujeita senão, apenas, a limites de ordem constitucional ou quando lhe é permitida a prática de ato não previsto em lei, diz-se que o ato é discricionário.

48. Considerando os princípios que regem a Administração Pública, de acordo com o princípio da:

- I. Indisponibilidade do interesse público, os interesses públicos não se encontram à livre disposição do Administrador público.
- II. Supremacia do interesse público, a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.
- III. Segurança jurídica, deve ser prestada a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.
- IV. Continuidade do serviço público, o serviço público, atendendo a necessidades essenciais da coletividade, como regra, não deve parar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

49. Se o Poder Judiciário, no exercício do controle judicial, considerar ilegal determinado ato discricionário praticado pelo Poder Executivo,

- (A) poderá anulá-lo, inclusive se o considerar apenas inconveniente ou inoportuno, aferindo seu mérito, desde que mediante provocação de interessado ou legitimado, não podendo nenhuma lesão a direito ser excluída do Poder Judiciário.
- (B) poderá revogá-lo, pois o Poder Judiciário realiza o controle, no exercício da sua atividade jurisdicional, sobre os atos administrativos editados, no exercício de função administrativa, pelo Poder Executivo.
- (C) não poderá revogá-lo, sendo possível, entretanto, que o Poder Judiciário revogue ato administrativo discricionário válido por ele mesmo praticado, em sua função atípica administrativa, atuando como administração.
- (D) não poderá anulá-lo, pois não se admite análise do ato administrativo pelo Poder Judiciário praticado legitimamente pela Administração, pois os poderes são independentes e harmônicos entre si, não podendo haver interferência de um no outro.
- (E) poderá revogá-lo, sendo também possível a revogação de ato administrativo discricionário ilegal pelo Poder Judiciário quando praticado por ele mesmo, em sua função atípica administrativa, atuando como administração.

50. O ato administrativo, à luz da teoria dos motivos determinantes,

- (A) será nulo, se comprovada a não ocorrência da situação exposta, pelo administrador público, na motivação que o fundamentou.
- (B) não se vincula à motivação se esta, conquanto exposta pelo administrador público que o pratica, não era obrigatória.
- (C) vincula-se à motivação exposta na sua fundamentação apenas quando se tratar de ato discricionário.
- (D) tem sua eficácia vinculada à motivação exposta na sua fundamentação apenas quando se tratar de ato vinculado.
- (E) não exige, quando vinculado, motivação por parte da autoridade que o pratica, visto que os motivos que o determinam já constam da norma legal.